



Anais da Assembléia

N.08

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 06 DE MARÇO DE 1986.

ANO XII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 004.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1986.

QUINTA-FEIRA

8.265, 8.266 e 8.267, respectivamente.
Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Edilson Alencar e Edmar Luiz Costa.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vaconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob os n. DTL/41, 53, 56, 57, 68, 69 e 70/86, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n. 158, 219, 207, 84, 161, 247 e 264/85, os quais convertidos em Lei tomaram os n. 8.236, 8.250, 8.254, 8.253,

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do comerciante CARLOS DA SILVA POSSE, ocorrido na data de hoje.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) DONATO GULIN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A morosidade e a falta de decisão no encaminhamento do Plano Nacional de Reforma Agrária só têm feito aumentar a tensão no campo. A urgência de uma solução imediata para o problema dos trabalhadores sem-terra e a impaciência, mais do que justa, destes homens e mulheres, responsáveis por parcela considerável da riqueza produzida no País, vêm ocasionando seguidas invasões de terra.

A questão, que é de natureza política e exige um enfrentamento sereno - mas também com muita energia - por parte do Poder Executivo, acaba parando na esfera judiciária.

Neste sentido e com o objetivo de oferecer a contribuição deste Poder Legislativo à manutenção da paz social, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial, composta por 5 (cinco) membros, com a finalidade de acompanhar "in loco" as ações de despejo a serem realizadas pela Polícia Militar, nas áreas onde ocorreram invasões de terra.

O "Movimento dos Sem-Terra no Paraná" têm reiteradamente afirmado a sua disposição de encaminhar a luta pela Reforma Agrária de forma pacífica e ordeira.

Por esta razão, dadas as notícias de abusos e violências cometidas pela PM nas recentes áreas de despejo, fartamente denunciadas pela Imprensa e negadas pelo Comando da Polícia Militar, sugerimos a criação desta Comissão, para fazer as necessárias averiguações, presenciar a verdade dos fatos e coibir possíveis abusos, exercendo, desta forma, a função fiscalizadora do Legislativo.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) GERNOTE KIRINUS

REQUERIMENTO

(a) MÁRCIO ALMEIDA

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, solicitando a reativação do GEB - Grupo Especial de Buscas, em Maringá.

Esta é uma solicitação do Senhor Nereu Vidal Cezar, Presidente da Câmara Municipal de Maringá, que afirma durante o tempo em que atuou, a ação eficaz e competente do Grupo que proporcionou tranqüilidade e segurança à comunidade, responsável que foi pela repressão à onda de crimes que assolava a cidade e que atingiam pessoas e patrimônios. Com tal desativação do GEB, novamente a cidade está sendo tomada por ações de criminosos que agem desevolvemente, provocando intranqüilidade à população, apesar dos esforços empreendidos pela Polícia Civil, no combate a essa situação.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a instalação da criação da "Comarca" para o Município de Sarandi.

O município em questão já atingiu a dimensão populacional necessária para a aludida criação, contando com uma população de 45.000 (quarenta e cinco) mil habitantes.

Na área criminal 90% (noventa por cento) é do Município de Sarandi; mas a sede comarca é o Município de Marialva - Pr. Dificulta o trabalho da justiça e a carente população necessita dos préstimos da laboriosa justiça do Município.

Esta é uma solicitação do Rotary Club de Sarandy, da classe política e empresarial, assim como da comunidade sarandien-se.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, solicitando providências com vistas à instalação, no Paraná, de uma delegacia regional.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

JUSTIFICATIVA:

O DIAP, entidade criada e mantida por Sindicatos, Federações e Conferências de Trabalhadores, com sede em Brasília, tem desenvolvido excelente trabalho.

O jornal do DIAP reflete e comprova muito bem esta afirmação.

Além do apoio e assistência que presta às entidades sindicais a ele filiadas, o DIAP tem se constituído num excelente instrumento de aproximação da luta parlamentar com o movimento social.

A instalação de uma Delegacia Regional do DIAP no Paraná, a exemplo do que já ocorreu em vários Estados, servirá para dinamizar ainda mais sua ação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário desta Casa, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, Airton Pompeo Reis, que viabilize, através da SUCEPAR, a proceder o combate à erosão no trecho compreendido entre Ourizona e Doutor Camargo, denominado Gleba Andirá, onde existem valas no solo de aproximadamente 20 metros de profundidade em certos níveis.

Salienta-se, entretanto, que já foram investidas várias formas de combatê-la sem progresso algum, e com o passar do tempo a abertura torna-se maior, trazendo serios prejuízos à área.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) TADEU FRANÇA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor José Richa, Governador do Estado, solicitando urgentes medidas para melhorar as condições de vida e solucionar a situação das 86 famílias de trabalhadores rurais acampados no Município de Paranaíba.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

JUSTIFICATIVA:

Desde 7 de dezembro de 1985, 86 famílias de trabalhadores rurais estão acampados à beira da BR 376, a cerca de 12 Km., da cidade de Paranaíba.

Precárias condições de vida, incluindo habitação, saúde, alimentação.

Felizmente, estes brasileiros vêm contando com o apoio integral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Paranaíba, dirigido pelo dinâmico Presidente Nelson

Travaí. Também têm colaborado setores da comunidade, como os estudantes e comunidades religiosas.

Contudo, a situação se arrasta, sem perspectiva de melhoria ou solução.

Dai porquê apontamos as seguintes providências de caráter emergencial:

1 - fornecimento de alimentos e encerrados pela Secretaria de Trabalho e Assuntos Comunitários, via Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

2 - autorização, por parte da Secretaria de Segurança do Governo do Estado, para que as famílias possam fazer pequenas melhorias (basicamente ampliação) nos ranchos. Não se trata de inclusão de novas famílias no acampamento. Tão somente uma questão humanitária de permitir um mínimo de vida decente.

3 - imediata designação de equipe da Secretaria de Estado da Saúde para que realize ações de saúde preventiva e curativa junto às centenas de crianças, mulheres e homens localizados na área.

4 - cadastramento das famílias e urgente assentamento das mesmas em áreas que possam desenvolver atividades produtivas.

Sendo este um dos 2 únicos acampamentos existentes no Norte do Paraná (o outro está localizaddo no Município de Londrina), solicitamos atenção especial e caráter de urgência para as providências apontadas.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 22/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica Declarada de Utilidade Pública a COOTRABRIAND, com sede e foro no Município de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR

JUSTIFICATIVA:

A COOTRABRIAND, que se pretende declarar de Utilidade Pública, está devidamente registrada na Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR - Livro n. 0001 - Sob n. 229 de 09/07/84. A Cooperativa dos Trabalhadores Volantes de Assis Chateaubriand - COOTRABRIAND - Prestadora de relevantes serviços às comunidades de sua Jurisdição Estatutárias, reuniram-se e formaram a COOTRABRIAND, nos termos da Legislação Vigente, com o propósito de equacionar os problemas de falta de mão de obra aos "Bóias-Frias" de Assis Cha-

teaubriand e região. Anexamos a documentação pertinente ao presente plano de lei, em cumprimento aos dispositivos legais atinentes à matéria aqui exposta.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Pares, para esta proposta e sua conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI N. 23/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu passa a contar, a partir da próxima Legislatura, com 21 Vereadores.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Município de Foz do Iguaçu, conta atualmente com o número de 71.698 eleitores, conforme certidão fornecida pela Secretaria Geral do Tribunal Regional Eleitoral de nosso Estado. Comporta assim, nos termos do art. 28 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n. 2) o número de 21 Vereadores, o que estamos propondo neste projeto de lei, que esperamos irá merecer o total apoio desta Casa.

PROJETO DE LEI N. 24/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica revogada a Lei n. 6.608, de 18 de setembro de 1974.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

A Lei 6.608 de 18/09/74, que isenta do pagamento de taxas estaduais e dos impostos que especifica à Empresa Bi-Nacional Itaipu, deve, no nosso entender, ser revogada porque só os aspectos lesivos do Tratado de Itaipu fora cumpridos, tais como: a perda de territórios, inundação de terras férteis, deslocamento de populações, desapropriações injustas e leoninas, clima de convulsão social, perda de receita tributária e de produção agrícola, além de criar insuperáveis dificuldades para os municípios da região.

Os aspectos que resultariam em benefícios para o Estado permaneceram no papel, como é o caso da construção da Ferrovia da Soja e da criação de pólos de desenvolvimento regional, até hoje inexistentes.

A mensagem n. 36/74, que originou a citada Lei n. 6.608, que deu origem às isenções aqui referidas, foi aprovada por decurso de prazo, com base no § 3º do art. 25 da Constituição Estadual, sem que os nobres Deputados tivessem tempo hábil e condições para questionar os seus efeitos. Tanto mais que a liberalidade fiscal e tributária concedida à Itaipu foi extensiva a todos os seus fornecedores nacionais e internacionais, resultando em prejuízos de bilhões de cruzeiros ao erário estadual.

O Estado não foi previamente consultado quando a União resolveu inserir no Tratado de Itaipu as liberações fiscais e tributárias mencionadas, caracterizando-se assim um caso flagrante de violação da sua autonomia.

A União, por sua vez, não cuidou de utilizar o § 1º do art. 18 estabelecido na Constituição Federal, que dispõe: "Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência nessa matéria entre a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder de tributar".

Por outro lado, o CTN por si só (invocado pelo tratado para a concessão de isenções fiscais e tributárias), não pode se sobrepor ao poder de tributar conferido constitucionalmente ao Estado.

Assim sendo, é inquestionável que a Mensagem n. 36/74 foi aprovada a toque de caixa, em apenas 45 dias, sem discussões, sem emendas, no período mais duro do autoritarismo passado por este País, quando os membros deste Poder Legislativo, não tinham condições mínimas de defender os superiores interesses do Estado, razão pela qual se impõe a revogação aqui pretendida.

PROJETO DE LEI N. 25/86

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º - O servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data de seu desligamento do cargo que venha exercendo ou a partir da data do ato da revisão se já houver sido desligado, tendo como base o cargo de maior símbolo, desde que exercido por um período não inferior a 1 (um) ano.

Parágrafo Único - Se, nas condições deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar aos símbolos estabelecidos para os cargos em comissão do Poder Executivo, a revisão far-se-á, pelos ven-

cimentos do de maior símbolo, ficando assegurado o mesmo tratamento pelo exercício de cargo diretivo de Órgão da Administração Indireta do Estado.

Art. 2º - Na hipótese de funcionário aposentado em situação de acumulação, o benefício desta lei aplicar-se-á somente a um dos cargos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de março de 1986.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição, visa, precipuamente, beneficiar o funcionário público estadual aposentado, que sendo requisitado pelo Governo para desempenhar funções de confiança, como cargos em comissão de Secretários de Estado ou Diretores de Departamento, ao retornar à inatividade tem reduzido sensivelmente seus salários voltando a perceber pelo cargo em que foi aposentado.

Cabe acrescentar, que o benefício ora proposto já é concebido aos funcionários em atividade, que ao se aposentarem têm seus proventos fixados com as vantagens do cargo em comissão ou função gratificativa do nível mais elevado, desde que tenham exercido por um período não inferior a cinco anos, ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou funções gratificadas, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses, (art. 140, inciso III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970).

Portanto, o projeto de lei ora proposto, nada mais é do que a prática do princípio de isonomia e de estender, por justiça, aos servidores que além de já terem se aposentado pelo cumprimento do tempo de serviço exigido, ao serem requisitados a colaborar com o Governo no desempenho de cargos de Secretários de Estado, de direção, chefia ou assessoramento em importantes órgãos do Governo, vêem esses esforços reconhecidos com o reajuste de seus proventos ao deixarem essas funções.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está finda a leitura do expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos.

Ausente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Neste Pequeno Expediente, vimos unicamente para fazer o devido registro à presença na Assembléia Legislativa do Paraná,

de representantes de várias entidades que acolheram o convite da Assembléia, principalmente, Deputada Ironði e este Deputado, para que, neste dia 6 de março, se relembassem e comemorassem as lutas das mulheres que se comemoram historicamente no dia 8 de março.

Menciono a presença de representantes da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - César Lates; do Conselho Estadual da Condição Feminina; Conselho Municipal da Condição Feminina; da Associação de Donas-de-Casa de Curitiba; Representação da Ordem dos Advogados do Brasil; do Clube Soroptimista; do Diretório Central de Estudantes da UFP; da Associação Paranaense de Mulheres Médicas; de várias Associações de Moradores; da União Paranaense de Estudantes; do Departamento Feminino do PMDB; do Núcleo de Mulheres do PCB; e da juventude do PMDB.

E também, aproveitando, Senhor Presidente, já que deixaremos o Horário das Lideranças Partidárias à nossa intervenção, neste aspecto particular da Comemoração do Dia Internacional da Mulher, mas aproveitando este Pequeno Expediente para solicitar aos Senhores Deputados a apreciação e aprovação de um requerimento de nossa autoria, que entregamos hoje à Mesa, em que se solicita correspondência ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, com vistas a sua instalação da sua Delegacia Regional no Paraná.

O DIAP, é uma entidade criada e mantida por centenas de entidades sindicais, Federações, Confederações e Sindicatos que atuando em Brasília e nos últimos seis meses, através das suas delegacias regionais na Bahia, São Paulo, Minas, Rio e Espírito Santo, vêm desenvolvendo um trabalho importante no entrosamento entre as Assembléias Legislativas, o Congresso Nacional e o Movimento Sindical Brasileiro. Publica mensalmente o jornal do "DIAP" com matérias importantes de interesses das classes trabalhadoras.

É da nossa opinião portanto, uma decisão que passa pela Diretoria Nacional do DIAP, mas que nós daqui do Paraná, principalmente, este poder, na nossa opinião deve ter o maior interesse que venha ser instalado no Paraná esta delegacia o mais breve possível.

Em segundo lugar, aproveitando este Pequeno Expediente para solicitar o apoio dos Senhores Deputados para expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, José Richa, solicitando urgentes medidas para melhorar as condições de vida e solucionar as condições de vida das 86 famílias dos trabalhadores rurais acampados em Paranavaí.

Estivemos neste final de semana em visita àquelas famílias onde constatamos a

situação precária de moradia, saúde, educação porque vêm passando.

Desde 07 de dezembro do ano passado estas famílias com apoio decisivo dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Paranavaí, se instalaram sobre a forma de acampamento e desde então, vêm buscando junto ao Governo do Estado e ao INCRA, cadastramento e a dura solução da situação de busca da posse da terra.

No Norte do Paraná somente dois acampamentos existem. Este de Paranavaí, outro no Município de Londrina e dois outros assentamentos já que de acampamentos passaram para a condição de assentamento, o que, portanto, ao nosso ver implica uma atenção especial por parte do Governo do Estado, através da sua Secretaria, com as quais já tivemos oportunidade de discutir nestes últimos dias, particularmente, trabalho, assuntos comunitários, agricultura e saúde.

Com vista a que esta situação vivida por estas 86 famílias venha a ter uma melhoria de condição o mais rápido possível.

Era só sobre estes dois requerimentos, Senhor Presidente, que gostaríamos de receber a apreciação e aprovação dos Senhores Deputados.

Muito obrigado: (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o Senhor Deputado Nilso Sguarezi).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Donato Gulin.

O SR. DONATO GULIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Que as nossas primeiras palavras sejam em homenagem às mulheres, batalhadoras que estão chegando à posição que já lhes é reservada dentro da comunidade brasileira.

Tenho certeza que conseguirão pela capacidade de trabalho, pela inteligência e pela tenacidade que as mesmas possuem.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nós ocupamos a tribuna no dia de hoje, para talvez sermos o primeiro Parlamentar do Brasil a fazer uma crítica ao pacote econômico, que foi um fato histórico para o nosso País, no dia 27 de fevereiro de 1986.

Realmente, este pacote deu uma guinada em toda a sociedade e em toda história brasileira, mas que este fato histórico seja completo e para que o seja, muitas coisas têm de ser ajustadas e aqui hoje eu trago duas que devem ser feitas rapidamente com o perigo inclusive, dde que esta atitude do Governo Federal, de acabar com a inflação e congelar os preços em nosso País, que todo povo brasileiro aplaudiu e que nós aqui hoje aplaudimos, não caia no

ridículo, não vá à bancarrota.

A primeira, Senhores Deputados, que seja o tabelamento dos juros pelas casas bancárias e financeiras, nós sabemos que antes de 27 de fevereiro, os juros tratados neste País, nunca passaram de 40% e a correção monetária, e hoje nós vemos as entidades bancárias trabalhando com tabelas de até 80% ao ano.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se isto não for revisto rapidamente, nós veremos a avalanche devido ao custo do dinheiro dos preços que nós temos em todas as casas comerciais do nosso País.

Secundariamente, Senhor Presidente e Senhores Deputados, todos sabemos que as entidades de educação particulares do nosso País ou sejam os Colégios, as Faculdades e as Universidades, entraram com um pedido junto ao Ministério de Educação, para que os carnês que já foram distribuídos a todos os alunos e pais de alunos, ainda em dezembro de 1985, janeiro e fevereiro de 1986, tenham diferenciado, que não seja submetido à tabela de desvalorização e de transformação do cruzeiro para o cruzado, querem eles que os carnês já sejam admitidos em valor de cruzados.

Ora, Senhores Deputados, será que o povo brasileiro é diferente, será que existem classes diferentes neste País e que devem ser tratados diferenciados ou nós devemos ter aqui, isto sim, a todos nós brasileiros o mesmo peso e a mesma medida. Esta é a atitude louvável que o Governo Federal deverá tomar, se quiser continuar com o apoio de toda a opinião pública brasileira.

Hoje, quando se fala em nome do Presidente Sarney, canta-se o Hino Nacional, pois que o nosso mesmo querido Presidente, saiba que o povo brasileiro é um só, desde o mais pobre ao mais rico, desde o preto ao branco, ao amarelo, com diferença inclusive de religiões e de cultos, sejam tratados todos da mesma maneira e no mesmo pé de igualdade.

Eu peço aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, através da Liderança do PMDB desta Casa, trate o povo brasileiro com o mesmo peso e com a mesma medida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Inicialmente, a nossa fala desta tribuna vai em cumprimento ao Senhor Deputado

Curitiba, quinta, em 06.03.86

Donato Gulin, que sempre nesta Casa, tem merecido os nossos cumprimentos pela maneira de agir, e nesta tarde, especialmente, por ele ter reconhecido, neste momento, que todos os brasileiros devam ser tratados com igualdade.

Infelizmente, Senhor Deputado Donato Gulin, isto passou a acontecer de uns meses para cá, ou de uns anos para cá porque, infelizmente, para todos nós ao longo do regime iniciado em 1964, os brasileiros, brasileiros de fato, eram tratados de forma muito diferenciada e todos nós sofremos com isso.

Mas, o motivo que nos traz a tribuna é para registrar a presença, entre nós, dos produtores do Vale do Ivaí, em especial, quatro produtores que constituem a Comissão Intermunicipal de Produtores do Vale do Ivaí, e que estão coordenando todos os assuntos, registrando todos os problemas, dando seqüência ao movimento iniciado naquela região, com muito maior vigor, no mês de fevereiro próximo passando.

Encontram-se entre nós, o Presidente dessa Comissão Intermunicipal, Senhor Waldomiro Silva, que representa o Município de São João do Ivaí; também o Senhor José Carlos Martins Muraro, Vice-Presidente dessa Comissão, e que representa o Município de Ivaiporã; está entre nós o Senhor Luiz Lourenço Nogueira, Vereador do PMDB, do Município de Lunardelli e o Senhor Flávio Furlaneto Quintanilha que representa também, nesta Comissão, o Município de São João do Ivaí.

Fazemos este registro para que mais uma vez esta Assembléia tome conhecimento e saiba de que o movimento levado a efeito no Vale do Ivaí, embora contestado por muitos, indesejado por muitos outros, principalmente aqueles mais poderosos, foi um movimento ordeiro, pacífico, justo e necessário, porque foi somente através deste movimento que os agricultores, não só do nosso Vale do Ivaí, região Central do Paraná, mas todos os agricultores do nosso Estado e do nosso Brasil, puderam ser notados, puderam ter, enfim, um pouco de atenção dos nossos Governantes, um pouco da atenção dos homens que dirigem o nosso País.

Se ainda não vimos, nós todos os agricultores do Vale do Ivaí, do Estado do Paraná e do Brasil, atendidas em suas reivindicações, pelo menos estão elas se encaminhando e estão em fase de discussão e quiçá, de solução dentro daquilo que se propôs.

Mas, estão aqui hoje os agricultores representando esta Comissão, por conseguinte os agricultores todos do Vale do Ivaí, para denunciar mais uma vez, ao Governo do Estado, e isto já o fizemos na manhã de

hoje, em audiência com o Chefe da Casa Civil, Doutor Walter Pecoits, em audiência com o Secretário da Agricultura, Doutor Francisco Albuquerque, denunciar que, embora tenha se anunciado, tenha se determinado aos bancos, e à justiça, ainda hoje no Vale do Ivaí, produtores continuam sendo protestados, continuam sendo executados, continuam perdendo as suas propriedades que são levadas à leilão, pela justiça daquelas Comarcas do Vale do Ivaí.

Por esta razão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós que estivemos hoje de manhã, como já disse, na Casa Civil, na Secretaria da Agricultura, iremos, dentro de alguns minutos, ao Tribunal de Justiça conversar com as autoridades ali constituídas, e também ao Banco Central para que de fato façam cumprir as medidas adotadas. E nesse dia em que comemoramos o Dia Internacional da Mulher, cabe aqui a nós registrar esse acontecimento, enaltecer a presença de todas as mulheres que aqui se encontram, mas também neste momento, lembrar e trazer a imagem da mulher trabalhadora rural, que muitas vezes se vê afastada de tantos e tantos movimentos, e nós precisamos resgatar esta heroína, que lá no dia-a-dia, além do serviço no meio rural, na roça, cuida da casa, cria os seus filhos e muitas vezes não é sequer lembrada. Foi por isso, (palmas) e me permita Senhor Presidente, que há dias passados em Ivaiporã, fizemos acontecer, mesmo a contra gosto, até o nosso Prefeito Municipal, do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e até da Igreja, porque não dizer, fizemos acontecer, pelas mãos da ACARPA, um encontro de mulheres trabalhadoras rurais, reunindo cerca de trezentas mulheres, que lá foram dizer das suas necessidades e das suas vontades. E cabe neste momento agradecer a presença das mulheres que vieram e lutaram com o movimento neste Estado e a companheira... (é cortado o som), e a nossa companheira que se Deus quiser haverá de chegar à Câmara Federal, pelo brilhantismo e pelo seu posicionamento, a companheira Maria de Lourdes Montenegro que luta pela segurança da mulher do trabalhador rural, a quem especialmente, me permitam as demais mulheres, rendo a minha homenagem neste dia.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Grande Expediente, concedo a palavra à Deputada Irondy Pugliesi, oradora inscrita.

A SRA. IRONDY PUGLIESI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queridas companheiras presentes. (Lê):

"Nesta sessão Plenária em que se come-

mora o "Dia Internacional da Mulher" queremos fazer uma saudação especial em memória das Mulheres que em 1857, Em Nova Iorque realizaram a primeira greve conduzida somente por mulheres. Eram cento e vinte e nove operárias têxteis em luta por melhores condições de trabalho, jornada de dez horas diárias e melhores salários. Esta greve terminou em tragédia. Os patrões não cederam e atearam fogo ao prédio, matando todas elas. E em memória destas companheiras que deram os primeiros passos rumo à transformação da sociedade, que a Conferência Internacional da Mulher, reunida em 1910, declarou o 8 de março, o "Dia Internacional da Mulher".

Senhores Deputados.

Vivemos um decisivo momento da vida nacional. O Brasil está mudando. A Nova República, por nós conquistada, garantiu as condições para o avanço político, a liberdade antes um desejo, começa a ser efetivamente conquistada.

Não há dúvidas, muito há a caminhar. Liberdade, dizia Agostinho Netto, é como um caminho que se faz ao caminhar. E nós, brasileiras e brasileiros, estamos rompendo o ciclo do arbítrio, rumo a dias de progresso social em nosso País.

São milhões os que desejam a liberdade. São milhões os que lutam por transformações na base econômica do País.

Mas, milhões ainda vivem com fome. A exigir o direito fundamental ao trabalho. A luta pela vida em nosso País é ainda presente. Setenta em cada mil crianças que nascem, morrem de subnutrição, antes de um ano de idade.

Mudanças no campo econômico que passam pelo enfrentamento da dívida externa, da soberania do País, são indispensáveis para o desenvolvimento independente.

O pacote econômico que mudou o sistema monetário que congela preços e salários, é um enigma para os brasileiros, nos vinte anos do Regime Militar, nos sonegaram as informações para avaliarmos as consequências das medidas econômicas adotadas pela Nova República. De um lado, a esperança por novos dias, de outro, a insegurança. Será que mais uma vez os trabalhadores pagarão pela crise? Ainda é a esperança que nos faz lutar no Brasil. E as mulheres que mais uma vez jogam um papel de peso na garantia das medidas, unem-se a todo o povo e ao Governo na expectativa de serem concretizadas as esperanças do Brasil.

Entretanto, sabemos que para o nosso País trilhar os caminhos de sua emancipação política, mudanças estruturais precisam ser realizadas.

No campo, a luta pela Reforma Agrária mobiliza milhões de homens e mulheres que entregam a própria vida para obtê-la o plano nacional de Reforma Agrária, que não

consegue refletir o real desejo de distribuição da terra no Brasil, é ainda o principal instrumento para avanços futuros enquanto houver, neste País, um latifúndio; enquanto houver neste País, um camponês sem-terra e sem direitos trabalhistas e previdenciários. A Reforma Agrária ainda será uma exigência.

Nós mulheres, exigimos, hoje a aplicação do Plano Nacional da Reforma Agrária, com a mesma veemência das medidas do pacote econômico. E nos colocamos ao lado da soberania do Brasil, no tratamento da dívida externa.

Esta dívida que já foi paga, e custou anualmente, somente em juros, o valor de 224 milhões de salários mínimos. A solução para o desemprego no País passa, pois, necessariamente pela solução do problema da terra e da dívida externa.

O papel que as mulheres vêm jogando nas mudanças não é desprezível. Nas diretas já, por Tancredo Neves, na convocação da Constituinte e agora, na fiscalização do pacote, fomos e somos milhões nas ruas a defender as mudanças.

No campo dos nossos direitos específicos como mulheres, garantimos a conquista de instrumentos fundamentais à emancipação feminina. Juntamente com tantos Governos que durante a década da mulher, obrigaram-se a reconhecer a existência de discriminação contra a metade da população dos seus Países, o Brasil criou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Enquanto isso, ao nível dos Estados, outros Conselhos e instrumentos nasceram, tais como as Delegacias da Mulher, para respaldar a luta feminina por seus direitos.

Caminhamos hoje para a criação do Ministério da Mulher, embasando-se na experiência de Minas Gerais que já tem sua Secretaria da Mulher, e de tantos outros Países que já podem contar a história dos Ministérios para a Mulher.

Não. Não pretendemos discriminar desta forma os homens. O mundo foi feito para todos. Mas, a luta de classes e a riqueza do homem determinou a submissão das mulheres. Buscamos a igualdade de direitos para chegarmos juntos ao futuro.

Sem dúvida a luta central do ano que atravessamos é a Constituinte. E a nova Constituição terá que reconhecer os direitos fundamentais do povo brasileiro. Garantir a soberania do nosso País, e refletir a nova realidade da mulher. Queremos democracia, justiça, igualdade e participação popular na Constituinte.

Ainda não será a solução para todos os problemas da Nação Brasileira, explorada e vilipendiada desde o seu descobrimento. Mas, será, sem dúvida, o grande momento do debate nacional.

Neste debate, as mulheres, juntamente

com o povo, estarão organizadas para exigir de todos os Constituintes eleitos, o compromisso com a Nação e com a plataforma de luta das mulheres brasileiras.

Os partidos políticos, autênticos representantes de segmentos sociais, estão comprometidos com a defesa desta metade da população: As mulheres, para resgatar os direitos que durante séculos lhes foram negados.

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e os demais Conselhos e Movimentos de Mulheres do País, através de exaustivos debates, elegeram como prioridades a serem levadas à Constituinte, reivindicações fundamentais à emancipação da mulher.

A creche, com um direito à Educação, deve ser garantida a todas as crianças de zero a seis anos. O Estado deverá assumir seu papel de propiciar à criança a segurança e o desenvolvimento de sua capacidade, e à mulher, as condições para sua inserção no mercado de trabalho. A classe empresarial deve assumir sua parte nesta batalha.

A mulher, que representa 36% da força de trabalho economicamente ativa no Brasil, exige hoje o reconhecimento de seus direitos, tais como salários iguais, condições para a sua profissionalização. Extensão de todos os direitos previdenciários e trabalhistas, especialmente a mulher do campo.

A assistência integral à saúde da mulher ainda não saiu do discurso no Brasil. Não é a distribuição indiscriminada de pílulas, diu ou de laqueaduras que garante esta assistência, mas programas globais de saúde, que contemplem a mulher do nascimento à velhice. Não aceitamos mais sermos cobaias de laboratórios, ou tão pouco responsáveis pela miséria do País. Queremos cumprir nosso papel de reprodutoras da raça humana com dignidade e respeito, e exigimos a distribuição das riquezas para que possamos ser mães quando e como quisermos.

O combate à violência contra mulheres e crianças no Brasil, não se resume a Delegacias Especiais de Polícia. É urgente que o Estado assuma a luta pela eliminação dos padrões culturais que colocam a mulher como objeto, e garanta instrumentos legais para dar fim a esta chaga social. A violência, seja no lar, no trabalho ou na rua, é crise, e como tal, deve ser punido.

O código de família, a ser criado após a Constituinte, deverá equiparar os direitos dos homens e mulheres, garantindo a estas respeito, não importando sua condição perante o casamento. Assim como as mulheres, as crianças deverão ser ouvidas para quaisquer decisões judiciais. É urgente reconhecer que as mulheres no Brasil também são chefes de família.

Nós mulheres, não participamos das

decisões da Nação. Ainda estamos longe do Poder, apesar de sermos mais da metade da população e 55% do eleitorado.

No mundo, ainda somos apenas 5% nas instâncias de poder e, no Brasil, não chegamos a 2%. Mas este quadro vai mudar.

Estamos mobilizadas para construir um País igualitário. Nossa organização cresce a cada dia, e a chama da conscientização sobre o papel da mulher, nas transformações sociais, incendeia a cada momento, mais e mais mulheres, de norte a sul, no campo e na cidade, ecoa o grito contra a opressão. Ganhamos adeptos entre os companheiros que sabem que a sociedade caminha inexoravelmente para transformações profundas. E não será a metade de hoje: os homens, que as fará sozinho.

As mulheres darão, mais uma vez, sua contribuição indispensável, formando novas consciências, ampliando o contingente daqueles que rumam ao futuro, na busca de outra sociedade, de outros homens e outras mulheres".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Esta Presidência deseja associar-se às homenagens prestadas à mulher, à mulher brasileira, e em especial à mulher paranaense. Somos nós a testemunhar ocular e permanente do grande trabalho que a mulher desenvolve não só como equilíbrio moral das nossas famílias, como sustentáculo dos nossos lares, mas como demonstração efetiva de uma participação abnegada, não só nos destinos do próprio Estado e nos negócios de interesse público, mas a mulher realmente assumindo o seu papel na sociedade, e por muito tempo, era desejado que isso acontecesse.

A Assembléia Legislativa para homenagear de maneira mais enfática a presença das lindas senhoras que aqui se encontram, concede a palavra a uma das representantes que nos visitam nesta data, para que aqui deixe de viva voz a sua participação consignada nesta Casa, já que de maneira permanente e cotidiana, as duas representantes femininas Deputada Irondi Pugliesi e a Deputada Amélia Hruschka diuturnamente têm batalhado e brilhantemente representando a mulher paranaense.

Concedo, pois, a palavra à companheira Maria de Lourdes Montenegro que falará em nome das senhoras que nos visitam nesta tarde.

A SRA. MARIA DE LOURDES MONTENEGRO - Eu agradeço, sobremaneira honrada e até emocionada, ao Presidente da Casa por oportunizar a nós todas, representantes populares, de usar esta tribuna; agradeço aos companheiros que estão na Casa, e em particular às mulheres que estão conosco

por ter lembrado que hoje, nós mulheres, somos uma força, mas não seremos nada se não tivermos sempre ao nosso lado o companheiro de todas as horas e de todas as lutas. (Aplausos).

Gostaria de agradecer ao Deputado Orlando Pessuti por ter feito referência ao meu nome especialmente, porque de fato Ivaiporã é um pedacinho de mim. Para Ivaiporã eu entreguei uma veterinária, minha filha. Por isso, lá tenho um laço mais forte, o laço que faz das mulheres, geradoras de homens, cumpridoras de tarefas e continuadoras das grandes tarefas nacionais, mundiais e do lar. Agradeço a Deputada Irondi Pugliesi, mulher de força e de luta, por estar sempre em todas as horas a falar em nosso nome, em nome da mulher que está em todos os lugares, em todos os momentos, muda muitas vezes, mas acompanhando a grande luta da história que aqui se trava da nossa cidade.

Agradeço os companheiros todos e tenho a dizer o seguinte: ser mulher é uma das tarefas mais pesadas que pode receber o ser humano no momento atual. De nós é exigido um conhecimento e um preparo que nem sempre temos e para os quais nem sempre estamos aptas. De nós é exigida a grande força, a força que movimenta a alavanca do progresso, a força que faz com que, homens e mulheres unidos, mudem a fisionomia do mundo, e a prova maior é a mudança que está ocorrendo dentro deste País.

Eu espalhei dentro deste plenário, uma carta escrita pelo Movimento de Mulheres que fez o boicote da carne em 1980, e a absoluta propriedade do tema é que me fez sair do obscurantismo em que estava a própria carta para distribuir aos Senhores. O que o Presidente Sarney está fazendo hoje, as mulheres do Paraná pediram em 1980 e por isso, a responsabilidade destas mulheres é acrescida a cada momento, educadoras que somos do levantar ao dormir, não podemos esquecer hora nenhuma que a grande missão da mulher é ensinar, ensinar o bem, ensinar o amor, ter sempre presente a alegria de estar viva e, por isso, eu agradeço. Agradeço ao Presidente, agradeço aos Senhores Deputados a oportunidade, e cumprimento as mulheres, e faço a minha homenagem e saudação a todas as mulheres do mundo de todas as categorias sociais.

Muito obrigada. (Sem revisão da oradora).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No horário reservado às Lideranças consulto à Liderança do PMDB se deseja usar do seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

Inicialmente, neste dia em que a Bancada do PMDB reunida, na manhã de hoje, escolheu o seu novo Líder para o período de 1986, gostaria do fundo do coração de agradecer aos companheiros de bancada. Primeiro, pela confiança em mim depositada quando da eleição para líder desta bancada. Segundo, pelo apoio, pelo prestigiamto, pela solidariedade e pelo companheirismo que nunca nos faltou no exercício desta Liderança. Pela unificação de nossa bancada, pela consciência maior, porque muito mais importante do que lutas pessoais, de promoção própria, vale o segmento da diretriz do partido, do comprometimento com causas populares, do comprometimento com as transformações, objetivo maior da Nova República.

Quero saudar, neste instante em que agradeço os companheiros de bancada pelo prestigiamto que me deram no exercício da Liderança, o Deputado Nestor Baptista que, a partir de hoje, assume a áspira, mas salutar missão de conduzir esta bancada, formada por parlamentares sérios, trabalhadores, dotados de personalidade política para saberem, em determinados momentos, ser a própria Oposição dentro desta Casa contra medidas que, muitas e muitas vezes, emanadas até pelo poder do Governo, mas que contrariam objetivos da população brasileira e paranaense no particular, souberam manter em primeiro lugar o princípio de respeito ao voto conseguido e de manter a tradição de defesa nas lutas e nas bandeiras abraçadas pelo PMDB.

Em segundo lugar gostaria aqui, neste momento, para não passar despercebido e lamentando a ausência do Deputado Donato Gulin neste plenário, após o seu pronunciamento, refutar e refutar sim, a sua defesa de que as mensalidades de colégios, já determinadas em cruzeiros, não venham a sofrer a reversão da tabela de reversão do cruzado. Porque, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu perguntaria, nesta Casa, no instante que a educação do povo brasileiro, sendo um direito elementar de cada cidadão, foi transformada em anos e anos de arbítrio, num paralelo de um comércio lateral, fabricando através da exploração na cobrança, um ensino que deveria ser gratuito ao povo.

Pergunto-me se estes colégios defendidos pelo Deputado não vão dar o aumento ao professor, que também foi congelado. Se não vão exigir a tabela de reversão nas prestações que eles tenham que pagar de compras auferidas. Logicamente, estes mesmos colégios, hoje proprietários da educação do povo brasileiro, cobrando muitas e muitas vezes mensalidades impossíveis de serem pagas pelo cidadão de classe média, haverão de gozar o benefício da reversão

Curitiba, quinta, em 06.03.86

nos seus compromissos. E, por isto, nada mais justo para o equilíbrio de forças, que se faça também a reversão no pagamento da mensalidade do aluno que está estudando no colégio. Porque o professor não vai receber aumento de acordo com a inflação no seu salário, por conseguinte, os estudantes não devem também pagar o aumento na sua mensalidade. Ou todos nós ombriamos esta responsabilidade de assumirmos os direitos e deveres neste pacote, ou estaremos comprometendo definitivamente, fazendo duas moedas e duas medidas, usando os direitos que nos trazem vantagem e negando aquilo que é um direito, mais do que tudo do brasileiro, do trabalhador, do operário, do chefe de família, do salário familiar hoje comprometido com a educação do seu filho.

Por isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, acho e acredito e valorizo a cruzada nacional que tem independente dos conchavos feitos por muitos e muitos homens que ganham para isto sem ganhar nada, tem fiscalizado a vida nacional, sabendo que cada tostão que sai do nosso bolso é um tostão que pode reverter em benefício de cada um de nós.

Somos aqui favorável ao congelamento de tudo, inclusive, das prestações das escolas, hoje um privilégio das classes favorecidas, porque os mais sofridos têm dificuldades de por seu filho no colégio.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado, eu queria me parabenizar com Vossa Excelência.

As suas idéias vêm de encontro com as idéias de toda a classe política, de todo homem de bom senso do Paraná e do Brasil.

Nós, pertencendo à Frente Liberal, queremos palidamente em nome do nosso Partido dar os parabéns a Vossa Excelência.

Vossa Excelência sabe que não é do nosso feitio bajular. Mas, no momento em que temos que "dar a César o que é de César", receba nossos parabéns em nome dos meus companheiros da Frente Liberal que fazem coro com esta mensagem que Vossa Excelência dá ao povo do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado, Deputado Gabriel Manoel.

Conheço a tradição de Vossa Excelência nesta Casa e tenho certeza que um aparte de Vossa Excelência só poderia ser para endossar as medidas que visam propiciar ao homem, ao trabalhador, às donas-de-casa, aos segmentos sociais brasileiros, melhor condição de vida e recuperação salarial.

Mas, neste instante, Senhor Presidente e Senhores Deputados, queremos declinar de outro assunto que deveríamos tratar pela nossa bancada, para saudarmos as mulheres

do Paraná e do Brasil pela passagem do dia 8, sua data, não de comemoração, isto é muito importante; não de festejos, não de jantares, não de promoções futebolísticas como foi costumeiro no passado, de levar a categoria para um estádio de futebol, pensando que com isto se resolveria um problema de uma categoria inteira.

Mas, eu quero saudar aqui as Deputadas Ironi Pugliesi e Amélia Hruschka, que valorizam sobre maneira a Bancada do PMDB nesta Casa, destacar o dia 8 de março como o dia de luta das mulheres, o dia de luta de todas as mulheres brasileiras; daquelas que vão jantar, mas daquelas também que não têm alimento na mesa; daquelas que têm o que o poder econômico pode comprar, mas daquelas que sentem a falta deste recurso para poderem, inclusive, fazer jus às suas necessidades. Dia de luta das mulheres que têm já um espaço aberto na sociedade, mas dia de luta também das mulheres que têm fechada a porta para poderem desenvolver a sua potencialidade e participar da vida nacional.

Dia de luta, portanto, de todas, daquelas que já abriram uma porta e daquelas que têm uma porta fechada; daquelas que têm uma mesa farta e daquelas que não a têm.

E, quando eu vi o Deputado Orlando Pessuti nesta tribuna, falando sobre a mulher do agricultor, eu me lembrava quão é importante o dia de luta das mulheres, das mulheres que lutam, inclusive, pela manutenção do orçamento doméstico, que fazem a ginástica contra isso que foi pregado aqui, do não congelamento das prestações do colégio dos seus filhos, sabendo que o seu ordenado, que o ordenado, do seu companheiro não será aumentado.

Dia da mulher que também é o dia do homem, porque na sociedade moderna e na minha concepção, não existe o feminismo, existe a pregação da igualdade, companheirismo, da certeza que ombreamos todos nós direitos e deveres iguais, com responsabilidade iguais, com participação semelhante e por isto, neste plenário, saudando todas as mulheres que aqui estão, me permitam, sem desmerecimento a nenhuma, saudar a minha companheira, Lindomar Quintana, minha esposa que aqui está, esperando que todos nós, homens, não sejamos aqueles que venhamos lutar para o fechamento da igualdade da mulher.

Se todos nós tivermos consciência do direito igual de cada um, não necessitará nem sequer a transformação das leis, porque todos nós teremos a consciência de que somos responsáveis pela condição de vida que viemos imprimir ao nosso povo e que ao saudar aqui também uma pessoa, diminuta na estatura, valente na sua luta e que eu pensei nela quando do congelamento dos

preços, querendo vê-la na televisão comandando uma grande cruzada em defesa ao consumidor, é exatamente a Lucia G. Martins, que é presidente das donas de casa de Curitiba, e que mais do que nunca está exercendo uma função extraordinária, comandando este grande exército de pessoas que não estão onerando o Poder Público, voluntariamente, estão ajudando a implantação desta nova perspectiva de vida que nós esperamos na Nova República.

Muito Obrigado pela presença das mulheres e que não seja, só neste dia, Senhor Presidente, que as mulheres tenham o direito do uso da tribuna livre nesta Casa.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PFL se deseja utilizar o seu horário. (Declina).

Consulto à Liderança do PDS. (Ausente).

Consulto à Liderança do PDT.

O SR. ANTONIO BELINATI - Senhor Presidente, com muita honra, o ilustre e novo integrante da Bancada do PDT, o honrado companheiro Ailton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Com a palavra o Senhor Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

A sessão se ocupa, basicamente, de dois assuntos: O Dia Internacional da Mulher, que significa para nós todos, que fomos gerados por mulheres valentes e lutadoras, um reverencial na vida da sociedade e as medidas recentes adotadas pelo Governo.

Diria que os dois assuntos podem perfeitamente ser analisados de uma forma única, porque ninguém como a mulher na atual conjuntura brasileira sente as dificuldades do custo de vida, da carístia e dos problemas que as nossas famílias vêm enfrentando.

A mulher, na verdade, é a primeira porta da angústia do filho, do sofrimento do escolar que tem que ir à aula e não tem o material suficiente, da criança faminta ou da criança que não tem nenhum tipo de assistência.

Falar da mulher, conseqüentemente, significa falar de toda uma temática social que hoje preocupa a população brasileira.

Ouvi o pronunciamento da ilustre Deputada Ironi Pugliesi, e me lembrava da luta empreendida pela mulher brasileira há

muitos anos atrás, quando buscava igualdade de tratamento jurídico, quando queria que os dispositivos do Código Civil Brasileiro contemplasse a mulher da mesma forma como contempla os homens. E me lembrava ao mesmo tempo, de uma viagem que fiz como estudante a outro País, quando percebi que a igualdade entre o homem e a mulher era uma igualdade verdadeira nos direitos e nos deveres.

E é esta a igualdade que a mulher brasileira quer assumir nos dias de hoje, quer ter, efetivamente, nos dias de hoje, não para reduzir a importância do homem, não! Mas, porque a mulher tem a sensibilidade social, a acuidade emocional que muitos homens não tem.

E num País como o nosso em que as mulheres representam a maioria da população, não se pode entender, efetivamente que nenhum projeto político ou social seja vitorioso sem o engajamento da mulher.

Mas, infelizmente, ainda, não há por parte das próprias mulheres a consciência de que elas poderão representar muito bem o pensamento feminino nacional e a prova disto é esta Assembléia Legislativa: de cinquenta e oito parlamentares, apenas duas Deputadas. Na Câmara Municipal de Curitiba, de trinta e três Vereadores apenas duas Vereadoras.

É necessário, portanto, que as mulheres continuem sua luta efetivamente, continuem realmente a fazer o que vem fazendo, pregando o que estão pregando, acreditando no que dizem e, sobretudo, despertando neste País um novo momento.

Não precisamos de uma República Nova, precisamos de um Brasil novo em que todos nós estejamos empenhados na solução de seus problemas. Eu mesmo sendo um Deputado da Oposição, engajei-me na primeira hora, às medidas adotadas pelo Governo, porque este não é um assunto para o Governo apenas, este é um assunto para ser tratado por todos nós: para a mulher que tem um filho faminto, para o marido que perde o ganho de seu salário, para todos que, na sociedade brasileira, queremos ver este País se desenvolver. Mas, ao mesmo tempo, este País vive um momento de justiça social.

Mas, se estamos engajados no esforço governamental, que tem que ser um esforço da Nação e não um esforço isolado, é necessário que não silenciemos também diante dos desvios, diante das omissões, diante dos erros, porque este é o papel também da sociedade, da classe política. E disse o Deputado Nilso Sguarezi quando reabriu a Assembléia Legislativa neste ano: "Infelizmente estas medidas de tantas implicações para a vida nacional foram baixadas, mais uma vez por um decreto lei, instrumento dos tempos de arbítrio". Quando,

muito melhor seria se as Casas Legislativas, o Congresso Nacional, o Senado, e a Câmara Federal pudessem discutir as medidas Governamentais.

Mas, mais uma vez, a sociedade ficou à margem da discussão de um assunto tão importante como este, porque o presidente da República baixou um decreto lei.

É muito difícil acreditarmos na plena eficácia das medidas, quando sabemos que para atender mais de 300 municípios no Estado do Paraná, a SUNAB, Sr. Deputados, conta com 15 funcionários para fiscalizar supermercados, farmácias, bares, mercearias, indústrias e lojas comerciais, quando sabemos que a SUNAB no Paraná tem apenas um escritório aqui em Curitiba e nenhuma sub-delegacia no interior. O Presidente da República delegou a cada brasileiro o direito de ser o seu fiscal, e cada um de nós tem a obrigação de ser realmente um fiscal nesta realidade. Mas gostaríamos que o Presidente José Sarney desse o primeiro exemplo, porque dois membros do Conselho Monetário Nacional do seu Governo, proprietário de grandes cadeias de supermercados foram denunciados como remarcadores de última hora, e no entanto continuam membros do Conselho Monetário Nacional.

Quantas e quantas vezes a sociedade brasileira e os políticos se levantaram contra os juros bancários. Pois contra os juros bancários não se fez absolutamente nada. Eles continuam num patamar de 15 a 18%. Pensam, talvez alguns, que os juros bancários foram reduzidos. Ilusão de ótica. O que acabou foi a correção monetária. Mas os juros bancários nas operações financeiras continuam oscilando entre 15 a 18%. Enquanto que os pequenos poupadores que vão aos bancos e colocam seu dinheiro na caderneta de poupança, recebem 6% de juros ao ano, nem 1% ao mês.

É necessário conseqüentemente que o Governo realmente intervenha naqueles que são mais fortes, naqueles que com o domínio do sistema financeira nacional, que congelem os juros. Mas antes de estabelecer o congelamento, ele que reduzisse os juros bancários.

Quantas mulheres foram aos açougues nos últimos dias e não encontraram carne, porque o pequeno retalhista e particular não tinha carne para vender, isto porque ele foi obrigado pelo congelamento a vender a carne por um preço inferior ao que estava vendendo. No entanto aquele que abate, aquele que distribui, aquele que comercializa a carne continuou cobrando do pequeno retalhista, do açougueiro, os mesmos valores que cobrava antes. E assim é evidente que nós brasileiros vamos ficar sem carne para comer.

Então essas dificuldades nós temos que

apontar. Denunciar com o propósito de ajudar. E o Governo deve obrigatoriamente assumir a sua função, e os que fazem oposição, acreditando que as medidas econômicas são boas para a Nação...

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Dispõe Vossa Excelência de dois minutos para concluir.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ... devem ajudar, oferecendo as suas críticas e participando do processo de aperfeiçoamento das medidas governamentais.

Portanto quando se fala na crise, quando se fala nas medidas governamentais e quando se homenageia a mulher, temos que aliar tudo para chegar à conclusão, de que organizadas, conscientes da sua força, as mulheres muito poderão fazer por este País, e particularmente por este Estado.

É este também o propósito que o Partido Trabalhista traz neste momento. Falando em nome do Deputado Antônio Belinati e em meu nome, e interpretando o pensamento de um partido político que se coloca como um instrumento, como um canal de comunicação, de ligação entre a sociedade e os poderes constituídos.

Não devemos jamais, sob o impacto psicológico de medidas importantes, fechar os nossos olhos e tornar surdos os nossos ouvidos para as distorções das medidas governamentais. Somos torcedores incansáveis do seu êxito, porque este povo não merece sofrer mais do que já sofreu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) No horário do PCB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputadas, companheiros e companheiras.

(Lê):

"Em 1910, em Kopenhagem (Dinamarca), acontecia o 2.º Congresso Internacional da Mulher Socialista, nele Clara Zetkin propõe o dia 08 de março, como o Dia Internacional da Mulher em comemoração à greve deflagrada pelas mulheres da indústria têxtil realizada nos Estados Unidos (fins do Séc. 19), onde as mulheres lutaram por igualdade de salários e pela redução da jornada de trabalho para 10 horas, (a comemoração da greve foi em 1898 há quase um século).

México - 1975 no dia 08 de março mulheres de todo o mundo reuniram-se para debater o papel da mulher e sua participação no processo histórico da humanidade nos movimentos emancipatórios e libertários da sociedade. Esse encontro interna-

cional fez com que a ONU - Organização das Nações Unidas - reconhecesse e dedicasse o ano de 1975 como Internacional da Mulher.

A história pode nos mostrar aspectos relacionados as relações entre capital e trabalho, e, assim, podemos enfocar a mulher inserida no processo econômico, cultural e político.

Enquanto no Brasil, operárias no começo do século lutavam pela sobrevivência em atividades marginalizadas das forças produtivas na Inglaterra as mulheres Londrinhas, se lançavam em luta pelo direito do voto. No Brasil, porém, as operárias brasileiras, ainda não lutavam pelo voto, e reivindicavam oito horas de trabalho e melhores condições de trabalho e salários iguais. Em 1919, elas representavam 33,7% do contingente operário brasileiro, sem nenhuma proteção legal, cumprindo jornadas de trabalho que iam até 14 horas diárias. Daí sua participação nas manifestações operárias ao lado dos homens. A greve geral que parou São Paulo em 1917, teve como estopim as reivindicações da seção feminina no cotonifício Crespi. Uma das reivindicações de então era "Igualar o Salário das Mulheres ao dos Homens".

Em 1921 durante as manifestações dos trabalhadores das docas de Santos, a operária "Maria Antonia Soares", do centro feminino Jovens Idealistas foi presa com outros companheiros a bordo do navio AVON e deixada à própria sorte no posto de Laguma em Santa Catarina e, Alexandrina Pires, outra operária, foi presa por não denunciar o paradeiro do marido.

Em novembro de 1917 outra mulher, Deolinda Daltro, lidera uma passeata de 84 mulheres no Rio de Janeiro, reivindicando a extensão do voto às mulheres. Em dezembro de 1918, Berta Luntz propõe a união das mulheres em torno das suas lutas, especialmente do direito de voto.

O exposto demonstra a grande luta da mulher brasileira dentro dos movimentos libertários e emancipatórios. A Semana de Arte Moderna em 1922, aponta um campo progressista com nomes como Anita Malfatti (pintora), Cecília Meirelles (poeta), Maria José Rebelo (primeira diplomata), Eugênia Brandão (primeira repórter) e Tere-sina Carini (líder socialista). Esta participou da fundação de Ligas Operárias e do Movimento Grevista e sua presença era marcante nos comícios de rua de São Paulo.

Berta Lutz, sucessora de Deolinda Daltro, organiza o primeiro congresso feminista do Brasil e gestiona junto a OIT - Organização Internacional do Trabalho - a fim de discutir problemas relacionados ao trabalho da mulher e defender aspectos jurídicos da mulher casada. Participa de diversos encontros e congressos internacionais e como Presidente da União Interame-

ricana de Mulheres, pede garantia trabalhista para a mulher operária. Candidata à Constituinte, é convidada pela única mulher eleita, Carlota Pereira Queiroz, para elaborar mensagem ao congresso na defesa da eleição de mulheres e sobre a reforma de ensino. Ingressa na Assembléia (Câmara Legislativa), eleita em 1936 como Deputada.

Apesar de participarem mais da produção social, as mulheres brasileiras são ainda hoje, em sua grande maioria, vítima de discriminações que historicamente oneram a condição feminina, onde o emprego masculino é amplamente majoritário - representando 67,9% do total. A participação masculina é ainda mais elevada, quando considerada a remuneração, atingindo 74,4%. Estes dados resultam de uma remuneração média mais alta para os homens (4,0 SM) do que para as mulheres (2,6 SM).

Apesar destes desequilíbrios, tem-se notado um aumento da participação feminina, tanto no emprego quanto na remuneração, e vemos que em 1980 a remuneração médias masculina é superior à feminina em todas as regiões.

Levando em consideração as estatísticas na relação de trabalho feminino e masculino, notaremos que apesar da disparidade de mercado de trabalho e salários, o movimento de participação das mulheres está em novas condições, embora ainda muito heterogêneo, pois ainda apresenta traços que, se ainda não são predominantes, são aqueles que tendem a se desenvolverem mais. Ao lutar por direitos iguais, pela emancipação libertação da metade da população do País, o movimento da mulher se constitui em poderoso elemento de progresso e democracia.

Não se pode pensar em avanços com consequência no processo democrático sem que, paralelamente, avancem os direitos da mulher.

Os comunistas não consideram que os esforços e reivindicações das mulheres em seus movimentos sejam modismo. Ao contrário, estimamos esses esforços como uma das mais marcantes manifestações da luta democrática em nosso País.

Os comunistas apoiam e estimulam os movimentos de mulheres em todos os terrenos, por sua completa emancipação, por um novo relacionamento entre homem e mulher, e por todas as reivindicações que reforcem a luta política e cultural mais geral pela igualdade dos direitos da mulher.

Os comunistas pensam que, em nosso País, na luta pela democracia, um dos obstáculos mais sérios a vencer é o preconceito do homem em relação à mulher, que constitui, junto com a cultura discriminatória por vezes causada pelas próprias mulheres - talvez o maior fator de margina-

lização da mulher na atividade política.

Na verdade, não se trata de esgotar o tema, mas aproveitar o momento e reavivar a memória ativando nossa consciência política para que possamos incentivar a mulher em seus movimentos, e como comunistas denunciar atrelamentos e equívocos.

Há nesse ano uma convergência de forças voltadas nesse 08 de março, composta de fatores representados pelas lutas das mulheres, símbolo de resistência em favor da democracia e da paz.

No Ano Internacional da Paz e o dia 08 de março, nós comunistas lembramos personagens que lutaram por sociedades mais justas nas figuras literárias da mãe, na obra de Máximo Gorki, ou da mãe coragem, de Bertold Brecht, que tinha apenas seus filhos como arma de combate ao nazi-facismo.

A estas mães literárias representando resistência e buscas incessantes pela liberdade, e a todas as outras mães anônimas que perderam seus filhos em defesa da paz na Nicarágua, Cuba, África do Sul, Argentina, Chile, o nosso respeito.

Às nossas companheiras brasileiras, fundamentalmente aquelas reunidas e organizadas resistiram no período recente de ditadura, e continuaram a crer numa sociedade onde a justiça social seja um fato e não um sonho, o nosso respeito.

Às figuras históricas como Rosa de Luxemburg, socialista alemã, assassinada pelo nazi-fascismo do início do século e a Olga Benário Prestes, a homenagem dos comunistas.

A Dolores Ibarruri, comunista espanhola, símbolo aos 93 anos de lucidez, de amor pela paz e pelos homens, nossa gratidão, por ter tido a consciência de que o futuro socialista é uma realidade.

Trabalhadoras componesas e operárias, profissionais liberais, mães brasileiras, os comunistas clamam em uníssono no dia 08 de março, lembrando que ninguém mais que a mulher lutou, e lutará pela paz, um dos objetivos do socialismo.

E hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que o Brasil, depois de conquistada sua democracia, adota medidas econômicas sérias e exigidas pela população brasileira que, inclusive, no movimento nacional de boicote à carne, realizado em 1980, aqui em Curitiba e no ano passado em que mulheres de todo o País partindo do movimento de Curitiba reivindicavam o congelamento dos preços e uma política nacional de abastecimento consequente, voltam às ruas para garantir que sejam cumpridas as leis e efetivamente defendidos seus direitos, o nosso apoio, solidariedade e respeito, e o desejo que a reunião que realizam logo após o Horário das Lideranças, no Pequeno Plenário desse Poder,

se constitua num passo a mais, no processo de organização política das mulheres do Paraná, tanto na defesa dos seus interesses econômicos imediatos, como na luta por uma Constituição que garanta igualdade entre homens e mulheres, e abra caminhos para a construção futura de uma sociedade socialista em nossa Pátria.

Deixo, Sr. Presidente, aproveitando a liberalidade de Vossa Excelência, o restante do meu tempo no Horário da Liderança do PCB à disposição de qualquer uma das entidades presentes para que possam, dentro do espírito da iniciativa do Senhor Presidente deste Poder, se desejarem, durante os restantes três minutos desta Liderança, fazer uso da palavra.

Fica aqui a nossa palavra de hoje, deixando, portanto, à disposição de quem quiser falar, com a concordância da Presidência da Casa, a qual solicitamos.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está deferido.

A SRA. LUISITA DE ALBUQUERQUE TEIXEIRA -

Em nome do Club Soroptimista Internacional que luta pelos direitos da mulher, gostaríamos de deixar aqui presente, depois de todas as coisas belas que recebemos através das palavras dos Senhores Deputados e de outras Lideranças, duas reivindicações principais: que no "Dia Internacional da Mulher" se pense, repense e que os homens ajudem e hajam. Primeiro, que durante toda a história da Humanidade, a mulher sempre foi controlada pelo Estado. Devido a situação de procriadora, a mulher gerava sempre em função de pós-guerra quando o Estado precisava de mão-de-obra contínua, as mulheres eram, através de leis, colocadas como se fossem fábricas de criação. E nós pedimos agora para o Brasil dar-nos uma oportunidade através da Constituinte, para que não sintamos mais como se estivéssemos numa África do Sul, em que a grande maioria é minoria representada. Pedimos aos políticos nesta Casa do Povo que dêem oportunidade em suas convenções, de que as mulheres saiam a candidatas, porque a maior dificuldade são as convenções onde as mulheres têm de lutar lá, e depois lutar lá fora.

Esse pedido eu faço em nome de todas as mulheres, pois não sou candidata, mas a gente vê a luta de muitas candidatas. Nesta Casa onde os políticos lutam, onde os políticos são as nossas vozes aqui no Governo, precisamos de maior representatividade, para chegarmos à Constituinte, e para que realmente não ocorra, como em toda a História da Humanidade ocorreu até agora, que nós sejamos apenas "fábricas" controladas pelo Poder.

Muito obrigada. (Aplausos) - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente.

Antes de passarmos para a Ordem do Dia, esta Presidência registra que está inscrito, em Explicações Pessoais, o Sr. Deputado Odeni Mongruel.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 169/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a CASA DO ESTUDANTE DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 187/85, de autoria do Deputado NILSÔ SGUAREZI, que declara de Utilidade Pública a SOCIEDADE HOSPITALAR DOS TRABALHADORES RURAIS DE VERÊ, com sede no Município de Verê e foro no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Em REGIME DE URGÊNCIA. aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Carlos da Silva Posse, ocorrido no dia 06 de março do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, visando, através

da SUCEPAR, combate à erosão, no trecho entre o Município de Ourizona e Doutor Camargo, denominado Gleba Andirá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Paraná, encarecendo a reativação do GEB - Grupo Especial de Buscas, no Município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, visando a instalação e criação da Comarca para o Município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo medidas para melhorar as condições de vida e solucionar a situação das 86 famílias de trabalhadores rurais acampados no Município de Paranaíba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, visando a instalação no Paraná, de uma regional. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n. 203/84, que visa aprovar relatório final e parcial da CPI da corrupção. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta por cinco membros, para acompanhar as ações de despejo a serem realizadas pela Polícia Militar, nas áreas onde ocorreram invasões de terra. Em discussão..

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Odeni Mongrue, inscrito.

O SR. ODENI MONGRUEL - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Minhas Senhoras. Meus Senhores.

Inicialmente, gostaria de deixar aqui a minha manifestação de aplauso e de reconhecimento pelo trabalho que as mulheres vêm desenvolvendo, no sentido de ocuparem um espaço de decisão mais importante na sociedade hoje.

Digo a importância do trabalho da mulher como educadora, como companheira e como elemento indispensável para o equilíbrio das relações humanas, na sociedade ideal, humana e cristã que desejamos.

A mulher, indiscutivelmente, neste momento histórico, ganha destaque e eminência. Isto se deve, de um lado, à iniciativa dela, Mulher, de ocupar um espaço mais amplo no campo das decisões. Mas, de outro, é bom que se ressalte que é o fruto dos conflitos da sociedade moderna, das dificuldades que vêm sendo encontradas pelos dirigentes e que enseja também a convocação da mulher, num verdadeiro processo de transformação da sociedade em que vivemos.

Vale lembrar aqui o papel da mulher na sociedade oriental. Não é isto que desejamos para um tipo de sociedade em que desvestida de tabus, desvestidas de grilhões, mais tradicionalistas, buscando no relacionamento tanto quanto possível perfeito, estabelecer as condições de vida às gerações futuras.

E queria também, Sr. Presidente, razão da minha inscrição nestes esclarecimentos de ordem pessoal, salientar que os estabelecimentos de ensino mantidos pela iniciativa privada estão perfeitamente coerentes com o "pacote" que mudou a moeda e que trouxe transformações econômicas expressivas à vida do País. Sou homem militante na área de educação. A minha origem está ligada à sala de aula. Represento, neste plenário e nesta Casa de Leis, parte da educação do meu Estado, quer no que diz respeito à iniciativa do Governo, quer no que se refere à iniciativa particular. E sou Deputado, Sr. Presidente, Srs. Companheiros, minhas Senhoras aqui presentes, que entende que a concepção de escola pública não se esgota na escola mantida pelo Poder Estatal. Escola pública, para mim, não é aquela escola que abriga apenas os estudantes de setores menos favorecidos da sociedade. Na minha concepção de educador e de homem público, de empresário, de ensino privado deste Estado, a escola pública é aquela que deixa a escola mantida pelo Estado e a escola colocada em funcionamento pela iniciativa privada.

A minha escola pública, abriga a escola particular. Na minha escola pública eu vejo a educação para todos. O que nós precisamos, isto sim, é discutir os meios e os recursos alocados pelo Estado para que a sociedade em geral tenha um tipo de escola, a escola de boa qualidade.

Nós não desejamos que a sociedade civil fique atrelada a um tipo de escola de primeira qualidade e a um tipo de escola de segunda qualidade para o filho daquele que não dispondo de recursos não possa pagar as suas mensalidades.

E, nesse momento, da grande cruzada nacional, os estabelecimentos particulares de ensino estão absolutamente conscientes do sacrifício que deverão participar no sentido de que com esperança, modificar as relações do homem comum, face à posição do mercado e face à atividade produtiva dominada por grupos estrangeiros e por grande parte, pelo próprio Estado organizado e pelo Estado empresário.

Nós estamos neste momento aplicando as determinações do Decreto Presidencial recente; estamos fazendo converter as mensalidades convencionadas e contratadas em cruzeiros de forma tal, aplicando a tabela de desvalorização do cruzeiro e aceitando o valor respectivo à época futura em cruzado conforme os meses que forem se sucedendo.

Eu não posso, respeitosamente, na condição de educador e de homem ligado à iniciativa privada no campo da educação, aceitar que os empresários da educação estejam desrespeitando as expressões consagradas no Decreto Presidencial. Não se faz a regra apenas tomando por bases as exceções. Se as exceções existem, por outro lado elas mostram que existe um conjunto que caracteriza a regra e, os estabelecimentos particulares de ensino, estão aliados nesta cruzada, estão aliados ao homem comum do povo, estão aliados a este grande exército instituído pelo próprio Presidente, não apenas na expressão de voz, não apenas nas letras do Decreto, mas, acima de tudo, pela exortação que o Sr. Presidente promoveu a cada um de nós, homens e mulheres, no sentido de tomarmos o máximo cuidado para que os preços sejam efetivamente congelados.

Mas, não basta, Sr. Presidente, que deixemos apenas esta manifestação que as escolas particulares se submetem à expressão do decreto. É preciso que coloquemos aqui também que, se de um lado os preços serão congelados, os salários sofreram redução considerável, não é possível que a classe trabalhadora pague também esta fatura. Este Decreto terá que receber medidas complementares no sentido de que haja recuperação real dos salários corroídos de novembro do ano passado a fevereiro deste

ano.

E de outra parte e, finalmente, é preciso isto sim, que nós fiquemos atentos para que os juros não deixem de atender as leis do mercado, para que os juros não se excedam, a fim de que, possamos, efetivamente, alcançar esta expectativa alimentada pelo "pacote" corajoso colocado em favor de toda sociedade brasileira pelo Presidente José Sarney. É preciso também, que o Estado controle seus gastos; que o Estado interventor e empresário não deixe de se submeter às determinações deste Decreto. Já disse, e outra ocasião, quem nos guardará dos guardas? É preciso que nós também levantemos a voz e, quem nos protegerá dos nossos protetores. O Estado deve ser menos interventor, deve se submeter às leis que faz a fim de que a sociedade civil não seja frustrada.

Muito obrigado, Senhor Presidente e Senhores Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 06 DE MARÇO DE 1986.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Squarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Vasconcellos e Eduardo Baggio.

Às dezesseis horas e quinze minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Anibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Menfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta e instalada a

1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
DÉCIMA LEGISLATURA

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência informa não haver ata da sessão anterior, por se tratar da 1.ª Sessão Extraordinária, nem expediente a ser lido,

Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n. 341/85, que objetiva alterar dispositivos da Lei Complementar n. 14 de 26/05/82, com vista a consolidar a percepção da gratificação de representação pelos integrantes das carreiras policiais civis, bem como adotar outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 341/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.º - O Parágrafo Único do artigo 83, fica desmembrado em § 1.º e 2.º, este com novo texto; e o parágrafo único do artigo 17; o artigo 67; do artigo 68; o artigo 86 e seu parágrafo 1.º e, ainda, o artigo 296 da Lei Complementar n. 14, de 26 de maio de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação.

"Art. 17 -

Parágrafo Único - Os funcionários públicos ficarão sujeitos aos limites de idade previstos no inciso 11 deste artigo, excetuados os integrantes das Polícias Civil e Militar do Estado, ou quem, há mais de cinco (05) anos, exerce funções no âmbito da Polícia Civil do Paraná.

"Art. 67 - Havendo dúvidas sobre as condições físicas ou mentais do servidor policial civil para o exercício do cargo, poderá, independentemente da instauração de procedimento administrativo, ser determinado que o mesmo seja submetido a exame por junta médica designada pela direção do Instituto Médico Legal, para os fins previstos nesta Lei.

"Art. 68 - O procedimento de readaptação será instaurado por decisão do Conselho da Polícia Civil, através de comissão

Curitiba, quinta, em 06.03.86

especialmente designada, instruído, se necessário, com o laudo da junta médica previsto no artigo anterior que deverá, entre outros elementos, mencionar o seguinte":

"Art. 83

§ 1.º - A incorporação dos acréscimos será imediato inclusive para efeito de aposentadoria e disponibilidade e será computada, igualmente sobre as alterações dos vencimentos do cargo efetivo, somados ao anteriormente deferido.

§ 2.º - A base de cálculo para os adicionais é o somatório dos vencimentos e da Gratificação de Representação, observado o disposto nesta Lei".

"Art. 86 - A Gratificação de Representação, incidente sobre os vencimentos, destina-se a indenizar as despesas extraordinárias decorrentes de ordem profissional ou social, inerentes à representação policial civil na comunidade e de representatividade da instituição policial civil.

§ 1.º - A Gratificação de Representação atribuída aos integrantes das carreiras policiais previstas no artigo 13, desta Lei, assim fixada:

I - 60% (sessenta por cento), para o Delegado de Polícia;

II - 45% (quarenta e cinco por cento), para o Médico Legista, Perito Criminal, Químico Legal e Toxicologista;

III - 35% (trinta e cinco por cento), para as demais carreiras".

"Art. 296 - Os vencimentos, vantagens e anexos vistos nesta Lei, são alteráveis por Lei ordinária.

Art. 2.º - O inciso IV, do artigo 2.º da Lei Complementar n. 19, de 29 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2.º -

IV - que completou 35 (trinta e cinco) anos de efetivo serviço público e haja atingido a classe única ou final da carreira.

Art. 3.º - Os policiais civis que exerceram os cargos de Inspetor da extinta Guarda Civil do Paraná e os de Perito Criminalístico e Auxiliar, terão níveis de remuneração equivalentes, respectivamente, à classe inicial da carreira de Detetive e à classe única de Perito Policial, ambas do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, a partir da vigência desta Lei.

Art. 4.º - Os benefícios desta Lei serão extensivos aos policiais civis na inatividade, nos termos do artigo 179 e seus parágrafos da Lei Complementar n. 14/82, com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n. 24, de 06 de dezembro de 1984.

Art. 5.º - Ficam revogados o § 3.º, do artigo 42 e o Parágrafo Único, do artigo

45, da Lei Complementar n. 14/82.

Art. 6.º - Esta lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1986, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31/12/85.

(a) HOMERO OGUIDO

Presidente e Relator.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 250/85, de autoria do Deputado Roberto Requião, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO NÚCLEO HABITACIONAL OSWALDO CRUZ I", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no D.A. n. 101/85, de 01/10/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 250/85

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA tem por finalidade declarar de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO HABITACIONAL OSWALDO CRUZ I",

com sede e foro na cidade de Curitiba.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente a matéria - Lei n. 6.994, de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence de sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente a sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09/12/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

EZEQUIAS LOSSO

Relator

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma ordinária para segunda-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 250/85

Levanta-se a sessão.